

O PROEJA NO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS (CEFET-GO): UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de – CEFET-GO

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa – CEFET-GO

GT-18: Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Introdução

O presente trabalho procura explicitar como se deu o processo de implantação do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação e as implicações dele decorrentes para o CEFET-GO, na unidade de Goiânia, buscando identificar as suas características e as manifestações internas em relação ao PROEJA, no momento da assunção do Programa pela Instituição. Para a realização desta análise, considerar-se-ão o nível de adesão das áreas profissionais ao Programa, a construção histórica da implantação do curso e os primeiros desafios colocados para a consolidação do Curso e do PROEJA.

1- O PROEJA no CEFET-GO: reacendendo conflitos e estabelecendo novas perspectivas

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), finalmente instituído por meio do Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006¹, teve pouca repercussão no interior do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás. As justificativas para não ofertar cursos destinados a pessoas jovens e adultas, num primeiro momento, voltaram-se para o fato de que seria muito difícil assumir mais uma modalidade de ensino em função da falta de professores, da oferta de grande quantidade, níveis e modalidades de curso - ainda não consolidados -, da falta de infraestrutura e do interesse das áreas em oferecer cursos de pós-graduação, como indica pesquisa realizada para identificar o perfil dos alunos da primeira turma do PROEJA no CEFET-GO, na unidade de Goiânia (SILVA e OLIVEIRA, 2007).

¹ Este Decreto é originário da Portaria 2.080, de 13 de junho de 2005, e do Decreto que a substituiu, o de n. 5.478, de 24 de junho de 2005. As modificações jurídicas se deram em função das impropriedades legais, da redefinição da abrangência do Programa, antes restrito à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como do Ensino Médio, e da sua ampliação para outros sistemas de ensino e outros níveis da Educação Básica.

As alegações das áreas profissionais podem ser compreendidas como desdobramentos das transformações ocorridas na Educação Profissional da Rede Federal, em especial a partir de meados da década de 1990. Tais mudanças, ancoradas numa política educacional baseada no ideário de Estado Mínimo, resultaram na ampliação do número de Centros Federais de Educação Tecnológica em substituição às Escolas Técnicas Federais, no fim da oferta dos cursos técnicos integrados, na drástica redução da contratação de servidores efetivos, na desarticulação de um tipo de educação profissional que não correspondia mais às demandas do mercado, o que forçou a construção de itinerários formativos fundados nos princípios da flexibilização e da fragmentação do processo de aprendizagem, expressos na adoção de arranjos curriculares no formato de módulos (FILHO, 2003).

Percebe-se, contudo, que as justificativas acabaram por se constituir em elemento construtor de uma nova orientação para a educação profissional no interior do CEFET-GO: a de se firmar enquanto instituição de ensino superior, ofertando cursos de graduação e pós-graduação². Nesta perspectiva, torna-se relevante o fato de que desde 2004, quando já havia a possibilidade legal de se voltar a ofertar cursos técnicos integrados – historicamente definidores da identidade da educação ofertada pela Rede Federal -, somente em 2008 a Instituição passou a oferecê-los de maneira mais significativa e, até o momento, apenas o Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação destina-se a pessoas jovens e adultas. Há ainda uma forte presença de cursos técnicos seqüenciais, ofertados para quem já terminou o Ensino Médio e uma tendência à ampliação dos cursos de bacharelado (CEFET-GO, 2007).

A configuração de um contexto interno profundamente dividido em relação às concepções, princípios e funções da educação profissional e tecnológica ressalta a vitória das proposições políticas educacionais de âmbito estrutural que procuraram desarticular uma orientação educacional de cunho formativo, assentada na integração entre conhecimentos gerais e técnicos, e por isto, potencialmente humanizadora e emancipatória - mesmo que de significativa tradição histórica – assim como rearticulá-la em outra perspectiva, cujo caráter se fundamenta no produtivismo, na fragmentação e no economicismo.

² Foram criados, de uma única vez, 13 cursos superiores de tecnologia logo após a transformação da Escola Técnica Federal de Goiás em CEFET e promoveu-se a desarticulação dos cursos técnicos integrados, apesar das resistências internas ao Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Entre 2.000 e 2.001 foram ofertados cursos superiores de graduação em Gestão Turística e Gestão Hoteleira, mantidos, em parte, por meio da cobrança de mensalidade e administrados pelo extinto Caixa Escolar.

Mesmo o Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, decorrente de um outro contexto governamental e que possibilitou a volta da oferta da educação profissional integrada, não conseguiu restabelecer, no interior da Instituição, de maneira enfática, ações contrárias aos princípios que atrelam a educação profissional e tecnológica à lógica do mercado. Como afirma Frigotto e Ciavatta:

A reforma da educação profissional, por ser de interesse direto do capital, talvez expresse esta regressão de forma mais emblemática, bem como um tecido cultural na área, no plano dirigente, mas não só, predominantemente conservador. Isso talvez possa nos ajudar a entender tanto a pouca produção acadêmica sobre escola unitária e politécnica quanto a acomodação silenciosa, especialmente da rede CEFET, após a revogação do Decreto 2.208/97 e a publicação do Decreto 5.154/04.(p. 49, 2006).

Tal lógica esta que se justifica-se hoje por meio da necessidade de se formarem trabalhadores para ajudar a enfrentar os desafios do crescimento econômico³. A formação para o mercado transformou-se em formação para o crescimento econômico, que pode indicar a reedição de uma “outra” idéia - mais sedutora e fetichizada - da relação entre capital e trabalho: a que se assenta na ausência de conflitos e oposições estruturais entre eles, pois ambos combinam-se na promoção de um bem comum. Neste sentido, a construção da qualidade da educação deve ser um compromisso de todos⁴: governos, empresários e trabalhadores⁵.

Em outra perspectiva, o PROEJA tem conseguido aglutinar pessoas e projetos, no interior da Instituição, cujos interesses vinculam-se à promoção da educação pública, gratuita, de qualidade acadêmica e social. Estes princípios podem ser concretizados, na educação profissional e tecnológica, por meio da afirmação de uma escola unitária e politécnica, de formação omnilateral, pelo desmonte de aparatos político-administrativos e organizacionais facilitadores de ações de cunho privatista, pela retomada de discussões acerca do papel social da Instituição e da necessidade da

³ Ver, em específico, as orientações para a educação profissional e tecnológica contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007a.). Disponível em www.mec.gov.br.

⁴ Ver livreto “Compromisso Todos pela Educação: passo-a-passo”. Disponível em www.mec.gov.br.

⁵ Neste aspecto, ainda há de se considerar a movimentação de grupos de empresários preocupados com a educação brasileira que, neste sentido, lançaram a agenda “Compromisso Todos pela Educação”, no dia 06 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo. O documento apresenta cinco metas para a educação: a) Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola; b) Toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever; c) Todo aluno deverá aprender o que é apropriado para a sua série; d) Todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e médio; e) O investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido. (SAVIANNI, 2007)

incorporação, nos seus espaços, de setores sociais historicamente excluídos das benesses e direitos sociais.

O PROEJA, apesar da ainda fragilidade em relação à sua constituição enquanto política pública apresenta-se, hoje, no CEFET-GO, como um espaço concebido muito em função das contribuições teórico-práticas do campo da Educação de Jovens e Adultos e da própria natureza histórica desta modalidade de educação⁶, de reflexão e proposição de novas formas de relações entre os sujeitos da educação e de estruturação do trabalho pedagógico. Afirma-se, pois, que a inserção do Programa na Instituição tem ajudado a retomar a educação técnica integrada⁷, a aguçar os sentimentos e a compreensão sobre as características dos sujeitos da aprendizagem, a repensar as possibilidades de promoção curricular dos educandos, a forma como a Instituição tem estabelecido a sua Organização Didática e o acesso aos cursos ofertados, dentre outras questões. O Programa tem colocado, ainda que timidamente, discussões sobre outros princípios e maneiras de se pensar e realizar processos educativos.

A perspectiva de retomada de uma práxis pedagógica da educação profissional historicamente de qualidade – e não uma educação pobre para os pobres -, a inserção de outras possibilidades políticas e pedagógicas no âmbito da educação realizada no CEFET-GO e o envolvimento de servidores e alunos na consolidação do PROEJA fundamentam-se nos princípios orientadores do Programa, que apontam para a inclusão da população que tem pouco acesso à educação profissional, a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, a ampliação do direito à educação básica e a universalização do ensino médio, a assunção do trabalho como princípio educativo, a pesquisa como fundamento e para a compreensão de que as identidades sociais e a formação do sujeitos da aprendizagem devem ser consideradas a partir da sua condição de trabalhador e das questões relativas ao gênero, à etnia e à geração.

⁶ Para Arroyo (p. 36), “Um ponto importante na história da EJA é de ter sido um rico campo da inovação da teoria pedagógica. O Movimento da Educação Popular e Paulo Freire não se limitaram a repensar métodos de educação-alfabetização de jovens-adultos, mas recolocaram as bases e teorias da educação e da aprendizagem. A EJA tem sido um campo de interrogação do pensamento pedagógico. O que levou a essa interrogação? Perceber a especificidades das trajetórias dos jovens-adultos”.

⁷ Apesar do Decreto 5.840 de 13 de julho, que institui o PROEJA garantir outras formas de articulação entre a Educação Básica e Profissional, a defesa é que a Educação de Jovens e Adultos – que consta no Projeto Pedagógico do curso implantado - na sua aproximação com a Educação Profissional se dê de maneira integrada porque é ela que potencialmente pode conduzir a formação de trabalhadores na perspectiva de uma emancipação real, prática e final (Marx, s/d).

Ressalta-se, por fim, que estes princípios pressupõem a adoção de uma concepção de educação cuja finalidade seja a formação integral do educando, que, assim pensada,

Contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2007b, p.35).

Os documentos-base assinalam princípios e concepções que indicam a necessidade de superação da atual configuração societal brasileira, profundamente desigual e excludente. O desafio colocado é o de potencializar as possibilidades colocadas pelo Programa em relação à construção de uma educação libertadora – como apontava Paulo Freire – ampliando-o de maneira que possa garantir condições de igualdade formativa para as pessoas jovens e adultas, num momento em que a educação para o mundo do trabalho tem se constituído em fundamento para a inserção social.

Tendo como pressupostos o que acima se expôs, é que vem se implementando no CEFET-GO, a partir de 2006, a realização de uma série de ações que buscam fortalecer a oferta da Educação Básica integrada à Educação Profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A compreensão é a de que o seu fortalecimento não se encerra em si mesmo, ou seja, a concepção, os princípios e as finalidades do Programa, concretizado por meio da implantação do Curso Técnico em Serviços de Alimentação, acabam por revelar-se como universais, pois podem referir-se também a outros sujeitos que, em maior ou menor grau, de modos diversos e diferentes, sofrem com os processos de exclusão social e com os efeitos de uma formação incompleta, que dificulta a ampliação da competência técnica e política dos trabalhadores, condição importante para a viabilização de movimentações sociais que visem manter os direitos sociais conquistados e/ou a serem conquistados.

2. O processo e a implantação do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação: O PROEJA no CEFET-GO

Compreende-se que a explicitação da construção histórica do curso é um processo que visa registrar a efetivação de um projeto que se fundamenta na perspectiva de afirmação dos direitos sociais, particularmente relacionados à educação, daqueles sujeitos que historicamente, no Brasil, foram excluídos das benesses sociais - uma revelação da história dos de “baixo”, lembrando Thompson (1987). Visa também, como desdobramento da própria natureza do curso, detectar as dificuldades de criação de possibilidades educativas que se colocam, pelo menos num primeiro momento, na contramão dos interesses e perspectivas dominantes dentro da Instituição e da sociedade.

O Decreto 2.208, de abril de 1997, enquanto vigorou, impossibilitou a oferta aos brasileiros e brasileiras de uma educação com orientação para superar a dualidade entre o conhecimento escolar e o mundo do trabalho. Na ebulição desse processo, diversas críticas foram elaboradas em relação à formação de nível médio.

Várias foram as resistências e lutas pela revogação do referido Decreto, pois entendia-se que este não constituía o melhor caminho para a formação dos trabalhadores desescolarizados e desempregados deste país (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005). Uma nova regulamentação, o Decreto nº. 5.154/2004, elaborado pelo atual governo, substituiu o Decreto n.º. 2.208/1997. Por ele houve a possibilidade de retomada do ensino técnico integrado ao ensino médio. Na seqüência da publicação de Decretos, seguiu-se o de nº. 5.478/2005 que regulou a criação do PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Houve uma ampliação do seu atendimento para toda a Educação Básica, com o Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006. A partir dele, o PROEJA passou a ser chamado de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Com a implantação do PROEJA, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO passou a oferecer um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio profissionalizante para Jovens e Adultos, um tipo de programa ímpar no Brasil, que pode ajudar a reconfigurar⁸ a EJA.

⁸A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, historicamente é marcada por ações parciais, campanhas de alfabetização (MACHADO, 1997). O PROEJA aponta para a possibilidade de inserção da Educação Básica com Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas redes de ensino nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal.

A elaboração do projeto-pedagógico do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação na modalidade de EJA ocorreu durante uma greve, num trabalho, em princípio coletivo, que durou cerca de oito meses. Nesse período, houve a participação de professoras e de um professor da Coordenação de Turismo e Hospitalidade, uma professora da Coordenação de Português, uma da Coordenação de Química e outra da Coordenação de Ciências Humanas. Participaram da implantação da nova proposta do Curso educadores comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Uma vez elaborado, o Projeto do Curso foi enviado para o Conselho Diretor⁹ do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

Diversos percalços ocorreram para a aprovação do Projeto do Curso. Foram três reuniões com o Conselho Diretor, quando ocorreram questionamentos em relação aos autores citados na referência, à quantidade insuficiente de pratos fundos, xícaras e pires para ensinar os alunos a servir uma mesa, à formação técnica do curso, e a outros obstáculos. Participaram destas reuniões as autoras do já referido projeto.

A morosidade na aprovação do curso implicou em um “desgaste” por parte do grupo que elaborou o projeto, uma vez que houve intensos debates para convencer os Conselheiros sobre a importância da retomada do curso técnico integrado¹⁰ e da necessidade de atender Jovens e Adultos que tiveram os seus estudos interrompidos (existem, hoje, milhões de pessoas com 15 anos ou mais, no Brasil, que não cursaram a educação básica), realidade esta que indica o grau de dificuldade que se tem no país de se efetivarem os direitos sociais¹¹. Isto significa, no mínimo, que milhares de brasileiros

⁹ São membros do Conselho Diretor do CEFET-GO: Diretor-Geral (Presidente); Representante da Diretoria de Ensino; Representante da SETEC/MEC; Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás; Representante da Federação das Indústrias do Estado de Goiás; Representante da Federação do Comércio do Estado de Goiás; Representante do Corpo Docente; Representante do Corpo Técnico-administrativo; Representante do Corpo Discente e Representante dos Técnicos Egressos.

¹⁰ “O que é integrar? [...] No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (GRAMSCI, 1981, p.144 apud CIAVATTA, 2005, p. 84).

¹¹ “Historicamente, nem sempre o direito à educação esteve resguardado, nem tem sido automática a assunção do direito à educação como dever de oferta pelo Estado, e em inúmeros momentos a sociedade civil assume um protagonismo social essencial na conquista de direitos. Apesar da formulação, o texto constitucional em 1988 não se pratica. A forma como as políticas públicas conceituam a EJA e como vêm desenvolvendo ações como oferta pública merece atenção especialmente quando vinculam ações de educação ao utilitarismo do voto, ou defendem este último, sem precisar da primeira” (PAIVA, 2006, p.30).

e brasileiras, com baixo nível de escolaridade, enfrentam o mundo do trabalho despreparados (BRASIL, 2007b).

Diante dos enfrentamentos ocorridos para a implantação do curso, dois fatos concorreram para a baixa procura pelo curso: o processo seletivo para o preenchimento das vagas desvinculado da seleção de candidatos dos outros cursos e a falta de tempo hábil para fazer a sua divulgação na comunidade.

Os atropelos também se fizeram presentes na elaboração do edital, pois, no geral, a entrada dos alunos no CEFET - GO ocorre por vestibular. Reivindicou-se que a seleção dos alunos do PROEJA fosse por sorteio, com inscrição gratuita. Entretanto, apesar dos questionamentos, a inscrição foi realizada pela Internet, o que acabou por dificultar o acesso dos candidatos ao processo seletivo. Ocorreram problemas na hora de efetivar a matrícula dos alunos, em função de uma rígida exigência de documentos, sem levar em consideração as particularidades de um público que não se encontra inserido nem mesmo nas estruturas burocráticas e formais da sociedade, e também por não se compreenderem as especificidades do processo seletivo deste público, mesmo estando explicitadas no primeiro edital de Seleção do PROEJA¹².

Nesse processo, houve ainda mudança na composição da Coordenação de Turismo e Hospitalidade, o que implicou na desarticulação do trabalho que já vinha sendo desenvolvido em relação ao curso e ao PROEJA. A reivindicação junto à Direção passou a ser a constituição de uma Coordenação Pedagógica que pudesse acompanhar o processo de implantação do curso, buscando garantir as possibilidades de efetivação desta nova modalidade de educação. Somente após um ano e depois de intensas movimentações é que se conseguiu a criação de uma Coordenação que ficasse responsável pelo Programa no âmbito do CEFET-GO.

O Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Área de Turismo e Hospitalidade, implantado em agosto de 2006, ainda sob a vigência do Decreto nº 5.478/2005, destina-se a estudantes que tenham concluído o Ensino Fundamental e com idade de dezessete anos ou mais. A duração do curso é de três anos e ele apresenta uma carga horária de 2.130 horas. São ofertadas trinta vagas semestrais e o acesso, para a primeira e segunda turma, deu-se por meio de sorteio, definido em edital (CEFET-GO, 2006).

¹² Nesse momento, alguns servidores não sabiam explicar o que era esse “tal PROEJA”, conforme pesquisa sobre o Perfil dos Alunos da Primeira Turma do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação do PROEJA (SILVA e OLIVEIRA, 2007).

O enfoque nos serviços de alimentação proposto teve sustentação em pesquisa de demanda da sociedade por profissional qualificado nesta área. Levantaram-se dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Goiás (SINDHORBS), da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e da Agência Goiana de Turismo (AGETUR). Os dados apontaram para a oferta da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, voltada para o público de EJA, no setor de bares e restaurantes.

Após estudos sobre o horário de saída da maioria dos trabalhadores em bares e restaurantes, decidiu-se que as aulas seriam oferecidas nos turnos vespertino e noturno, de segunda a sexta-feira, em número de 05(cinco) por dia, com duração de 45 (quarenta e cinco minutos), com intervalos de 15 (quinze) minutos, e que seriam ministradas das 16h30min às 20h30min.

O técnico em serviços de alimentação estará capacitado a trabalhar em todos os locais onde são servidos, comercialmente ou não, alimentos e bebidas, como bares, restaurantes, *night-clubs*, danceterias, pizzarias, lanchonetes, padarias, churrascarias, *fast-foods*, escolas, meios de hospedagens, hospitais, residências, bem como a realizar trabalhos autônomos na área (CEFET-GO, 2006).

Seguindo as orientações do Documento Base (BRASIL, 2007b), os professores que se dispuseram a elaborar o projeto de implantação do curso optaram por formatá-lo a partir da articulação integrada da Educação Básica de Nível Médio com a Educação Profissional, com matrícula única.

Dada às especificidades do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação, tais como seu público alvo, as orientações legais e o convencimento de que é necessário, estruturar uma trajetória formativa que estimule, de um lado, o início de um rompimento do isolamento das disciplinas e de uma aprendizagem centrada numa visão de mundo fragmentada, e de outro, buscar, por meio de conhecimentos das diversas áreas, pensar, refletir e propor alternativas de aprendizagem mais próximas da experiência dos jovens e adultos, estabeleceram-se quatro eixos temáticos como estratégia metodológica. Assim, foi pensada uma matriz curricular a partir da definição destes eixos: Trabalho, Cultura e Alimentação; Conhecimento, Tecnologia e Alimentação; Sujeito, Desenvolvimento e Responsabilidade Sócio-ambiental e Serviços de Alimentação e Mercado X Gestão e Alternativas de Trabalho e Renda. Tem esta matriz curricular como objetivos proporcionar um maior diálogo entre as disciplinas e possibilitar uma formação profissional que extrapole a aprendizagem do saber fazer e

que compreenda o mundo do trabalho a partir das reflexões acerca das condições de vida do trabalhador, associadas à política e à cultura (CIAVATA, 2005).

Para a implantação dos cursos vinculados ao PROEJA foram disponibilizados, pelo MEC, R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para cada vaga aberta em edital, até o limite máximo de oitenta vagas. O financiamento abrangia exclusivamente a categoria de custeio, contemplando, assim, reforma e reparos em infra-estrutura física e de instalações, adequação de espaços físicos, serviços de consultoria, elaboração e produção de material pedagógico, capacitação de pessoal, serviços técnicos especializados, aquisição de material de consumo, e insumos para laboratórios e unidades educativas de produção (BRASIL, MEC/SETEC, 2005).

Avaliando os dois primeiros processos seletivos que se deram apenas por sorteio, a não matrícula de alunos que tiveram o direito à vaga, a tentativa de chegar ao público de jovens e adultos, e o perfil do egresso do curso, foi feita reunião com o coletivo de professores e reformulou-se o processo seletivo. Este passou a ser realizado em três etapas: sorteio, palestra e entrevista. Processo que foi conduzido pela Coordenação do Programa dos Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA/CEFET-GO (CEFET-GO, 2007a). Ainda com dificuldades para divulgação do curso, no terceiro processo seletivo, em julho de 2007, o número de candidatos não foi suficiente para completar a turma. Isto implicou na realização de uma chamada pública para formar a mesma. Este processo já se deu dentro nos novos parâmetros do processo seletivo. Para cinco vagas, houve a inscrição de 120 candidatos. No processo seletivo de janeiro de 2008, foram 300 candidatos inscritos para 30 vagas, ou seja, 10 candidatos por vaga, resultado do esforço coletivo de professores do PROEJA, maior apoio do CEFET-GO, da participação dos alunos e professoras na divulgação do Curso nas reuniões do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e em instâncias e núcleos de pesquisa relacionados com o PROEJA.

Nos dias 27 e 28 de junho de 2007, duas técnicas do SETEC fizeram um levantamento de dados em relação ao curso do PROEJA no CEFET-GO, unidade de Goiânia. Conversou-se com a coordenadora do Programa, a diretora de ensino, professores e estudantes do curso e funcionários. O relatório desta visita apresentou os seguintes problemas: divulgação do curso; coordenação do curso; processo seletivo; horário do curso; aprendizado dos jovens e adultos; capacitação do corpo docente; material didático; infra-estrutura do curso, currículo e avaliação (BRASIL, 2007c).

As estratégias utilizadas para a superar alguns dos problemas apontados foram:

- Confecção de cartazes grandes e pequenos que foram distribuídos nas coordenações do CEFET-GO, escolas do município, igreja, sindicatos, reunião do Fórum Goiano de EJA, reunião do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Ciências – NUPEC/UFG, restaurantes próximos da Instituição, vídeo-locadoras, padarias e em outros locais;

- Realização de reuniões ordinárias com o coletivo de professores do curso;

- Efetivação, por meio da Coordenação do PROEJA, de um trabalho de aproximação junto aos alunos do curso, a existência de um local de referência à qual os alunos poderiam se dirigir, a criação de um mural para colocar os recados e móveis para a composição do espaço da coordenação;

- Mudança do horário de funcionamento do curso das 16h30min às 20h30min para o horário das 18h15min às 22h15min;

- Em relação ao aprendizado dos Jovens e Adultos, procurou-se, por meio das reuniões, aproximar os professores, estudar e selecionar materiais - a Coleção Cadernos de EJA da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, Projeto Integrar da CUT e outros -, para construir no coletivo uma linha de intervenção de forma orgânica na construção do processo de ensino e aprendizagem dos educandos, questão esta que ainda é um desafio para o coletivo de professores do curso;

- Capacitação de alguns professores do curso que tem se dado por participação e acompanhamento de pesquisas. Por ocasião da implantação do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação para Jovens e Adultos no CEFET-GOÍÁS, solicitou-se ajuda ao NUPEC-UFG¹³ para contribuir na elaboração do programa do curso, tendo as aulas de química sido acompanhadas durante o primeiro semestre. As aulas foram registradas em VHS e em diário de campo. A disciplina de química foi acompanhada por uma aluna de iniciação científica e um aluno de mestrado da UFG. A partir dos

¹³ Núcleo de Pesquisa de Ensino em Ciências da Universidade Federal de Goiás.

dados coletados, escreveu-se um artigo que permitiu visualizar as especificidades de aprendizagem deste significativo grupo social, assim como as dificuldades do professor em lidar com elas. Os resultados deste trabalho de investigação serão considerados na reelaboração curricular do curso;

- Participação na elaboração e execução de especialização destinada à capacitação de profissionais para atuarem no PROEJA.

“A incorporação pela Instituição de uma nova modalidade de educação, com características próprias e de caráter inclusivo, indicou a necessidade de se produzirem conhecimentos acerca das pessoas Jovens e Adultas que passaram a freqüentar o curso” (SILVA e OLIVEIRA, 2007). Nesta perspectiva, é que outras ações vêm sendo desenvolvidas pelo coletivo de professores do curso, a saber:

- Produção de Pesquisa sobre PROEJA: A) Pesquisa de iniciação científica (PIBIC¹⁴/CEFET-GO) cujo tema foi: O perfil dos alunos da primeira turma do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), na unidade Goiânia, realizada por duas alunas do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria. B) Aprovação do Projeto NUPEC-UFG e Engenharia Civil (CIEENG¹⁵/UFG), com financiamento FINEP, cujo tema é “O ensino de ciências para a conservação de recursos naturais e o ambiente construído”. O CEFET-GO entrou neste projeto na co-execução com, o Projeto: “A construção de um Biodigestor e Biodecompositor Doméstico: uma proposta em construção para o Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação PROEJA – na perspectiva da economia solidária”, a ser desenvolvido pelos alunos da turma do quarto período. Espera-se que o desenvolvimento do projeto permita uma construção interdisciplinar e trabalho com os eixos temáticos propostos no curso, tirando as disciplinas do isolamento e repensando o currículo. C) Participação em projeto de pesquisa sobre o PROEJA, com duração de quatro anos, de 2007 a 2010. D) Outro projeto vincula-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBIT/CNPq - CEFET-GO, desenvolvido por aluna do terceiro

¹⁴ Primeiro Programa de Iniciação Científica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

¹⁵ Sigla do Projeto “O ensino de ciências para a conservação dos recursos naturais e o ambiente construído”, desenvolvido pela Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás juntamente com o NUPEC/UFG.

período, do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

- Participação dos alunos do PROEJA em encontros temáticos promovidos pelo Fórum Goiano de EJA, nos quais foram abordados os seguintes temas: 1) EJA e a qualificação profissional 2) EJA e o Mundo do Trabalho: O que é isso?

- Por fim, a construção do Projeto Incrementar o Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA DO CEFET-GO, fruto da visita da SETEC na unidade de Goiânia. Para a execução do projeto houve um aporte financeiro de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), proveniente da SETEC, que tem possibilitado ofertar transporte coletivo para todos os alunos do PROEJA. No mês de fevereiro, eles receberam R\$ 36,00, cada um e, nos outros meses do ano até o final de 2008, receberão mensalmente R\$ 79,20. Foram selecionados seis bolsistas do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação – PROEJA – que receberão durante o ano de 2008 R\$ 300,00 cada um, para desenvolverem atividades formativas relacionadas aos seguintes projetos: Construção de Biodigestor; Construção de Biodecompositor; Construção de Horta de Ervas Finas; Tecnologia de Informação e Comunicação. Houve ainda a aquisição de 22 computadores com mesas e cadeiras giratórias, armários, livros, dicionários, material para o laboratório de química e gastronômico, carteiras novas e mais confortáveis para os educandos, mesas para o refeitório, bebedouro, prateleiras para almoxarifado, impressora a laser, scanner, filmadora digital e máquina fotográfica digital.

3- Considerações finais ou desafios para a consolidação do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação do CEFET-GO e do PROEJA

Compreende-se que pensar os desafios postos para o Curso Técnico em Serviços de Alimentação e para o PROEJA é uma tarefa que não se limita à afirmação de um projeto restrito a uma Instituição e nem a uma ação governamental. Ela amplia-se para a construção de alternativas que buscam consolidar um tipo de sociabilidade que se funda nas premissas da igualdade e da justiça social, da democracia e do reconhecimento e efetivação dos direitos sociais.

Neste sentido, o desafio básico é transformar o PROEJA em uma política pública, com previsão orçamentária regular e garantidora de ações que não se tornem reféns das alternâncias de governo. Somente assim será possível dar consequência ao conjunto de iniciativas que compuseram o lançamento do Programa – detalhadas no item 2 do presente trabalho -, constituindo-se em um corpo de ações integradas em nível nacional, a partir da articulação das diversas redes de ensino e lócus formativo, capazes de fomentar novos parâmetros e práticas educacionais, com o objetivo de fortalecer e ampliar a educação pública, gratuita, de qualidade acadêmica e social para todos.

Outra proposição é a de que se consolide uma sociabilidade fundamentada em relações democráticas e no trabalho coletivo, dentro e fora dos espaços formativos. De um lado, percebe-se que é somente por meio deste tipo de sociabilidade que se pode estabelecer a construção dos princípios e fundamentos de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso e permanência dos sujeitos cujos direitos foram historicamente negados. Por outro, sabe-se que as relações sociais estabelecidas nestes parâmetros pressupõem a efetivação da gestão democrática, enquanto promotora de instrumentos de participação e de reafirmação de uma educação democrática, no interior dos espaços formativos, única via possível para construir um ambiente onde os sujeitos da aprendizagem possam ser percebidos em suas especificidades e universalidades, por meio do diálogo e das suas interações, entendendo que somos sociais de ponta a ponta (BAKHTIN, 1999). Diante disso, é primordial a construção de metodologia apropriada para desenvolver processos de aprendizagem para pessoas Jovens e Adultas.

Há de se pensar também que, do ponto de vista formativo, é preciso compreender o trabalho como fundamento das relações sociais e, de forma extensiva, como princípio educativo. Neste caso, a proposição é de que a “educação geral seja parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho” (CIAVATTA, 2005, p.84). Pensar o itinerário educativo de pessoas Jovens e Adultas, nesta perspectiva, poderá ampliar as possibilidades de se formar, de maneira mais completa e reveladora da sua posição social, trabalhadores-cidadãos cuja competência técnica e política deverá para que haja uma revelação mais substantiva das questões relativas ao mundo do trabalho e das decisões que dele se acercam..

4- Referências

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. SOARES, L. GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L. (orgs). Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997*.

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.154, de 25 de julho de 2004*.

_____. Ministério da Educação. *Portaria nº 2.080, de 13 de junho de 2005*.

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005*.

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006*.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional. *Ofício-Circular nº 061/2005* aos Dirigentes de Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica e Profissional. Assunto: repasse de recursos para a implantação do PROEJA. Brasília, 26 de outubro de 2005.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas*. Brasília, 24 de abril de 2007a.

_____. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – Documento Base*, Brasília, 2007b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Relatório Visita PROEJA SETEC, CEFET – GO*, Goiânia, de 27 e 28 de junho de 2007c.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). *Projeto de Implantação do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*. Goiânia, CEFET-GO, 2006.

_____. *Edital n.020*, de setembro de 2007.

_____. Portaria nº 234. Institui no âmbito do CEFET-GO a Coordenação do Programa dos Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA/CEFET-GO, Goiânia, 11 de julho de 2007a.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FILHO, D.L. *A desescolarização da escola: impactos da reforma da educação profissional (período 1995-2002)*. Curitiba, Torre de Papel, 2003.

FRIGOTTO, G. Anos 80 e 90: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. (orgs). Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MACHADO, M. M. *Política Educacional para Jovens e Adultos: a experiência do projeto AJA (93/96) na SME/Go*. Dissertação de Mestrado, FE/UFGO/1997.

MARX, K. A questão judaica. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, s/d.

PAIVA, J. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: *EJA: formação técnica integrada ao ensino médio*. Brasília: MEC/SED/Salto para o Futuro/TV Escola, Boletim 16, Setembro 2006.

SAVIANNI, D. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto MEC*. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SILVA, Z. C., OLIVEIRA, L. C. D. *O Perfil dos Alunos da Primeira Turma do PROEJA do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, da unidade de Goiânia*. Relatório Final de Pesquisa. PIBIC, CEFET-Go, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.